

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) n.º. 1 do artigo 57.º]

1 – José Manuel Vieira Afonso Freire, portador do cartão de cidadão n.º 06544252, com domicílio profissional na Rua Conselheiro Costa Braga, n.º 502, 4450-102 Matosinhos e José Alexandre Fernandes Gomes, portador do cartão de cidadão n.º 10627229, com domicílio profissional na Rua Conselheiro Costa Braga, n.º 502, 4450 – 102 Matosinhos, na qualidade de representantes legais de Infoportugal, Sistemas de Informação e Conteúdos S.A., com identificação fiscal número 505 648 032 e Sede na Rua Conselheiro Costa Braga, n.º 502, 4450 – 102 Matosinhos, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 para o Município de Sines”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada Infoportugal se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta Comercial;
- b) Proposta e Metodologia do Trabalho
- c) Declaração_Constituição da Equipa de Trabalho;
- d) Cronograma de Execução de Ações;
- e) Listagem Trabalhos;
- f) Plano de Pagamentos;
- g) Programa de Trabalhos de Ações;
- h) Declaração atividade cartográfica;
- i) Certidão Permanente_Infoportugal;
- j) Procuração Alexandre Gomes;

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei nº19/2012, de 08 de maio, e no n.º1 do artigo 460º do presente código;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º2 do art.º 562º do código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º1 do artigo 2º da Ação Comum nº98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º1 do artigo 3º da Ação Comum nº98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva n.º91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Matosinhos, 04 de novembro de 2016

(José Manuel Vieira Afonso Freire), na qualidade de Administrador

(José Alexandre Fernandes Gomes), na qualidade de Diretor Geral